

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e  
Sociedade (CDPA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas  
com a agricultura**

**Período de Análise: 01 a 31 de Agosto de 2007**  
**Área Temática: Questão Fundiária – Movimentos Sociais**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal Folha de São Paulo  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da Abag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT

Assistente de Pesquisa: Karina Kato

Agosto de 2007

## Índice

<b>MST resiste a deixar fazenda em Ribeirão</b> – Estado de São Paulo – Nacional – 01/08/2007 .....	4
<b>Área é invadida pela terceira vez este ano</b> – Estado de São Paulo – Nacional – 03/08/2007 .....	4
<b>MST desocupa fazenda em Ribeirão</b> – Estado de São Paulo – Nacional – 03/08/2007 .....	4
<b>CERCA DE 200 FAMÍLIAS INVADEM ÁREA NO RS</b> – Folha de São Paulo – Brasil – 03/08/2007 .....	4
<b>CPT vai para linha de frente</b> - Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 04/08/2007 .....	5
<b>Pastoral não aceita posição do MST e cobra duramente governo Lula</b> – Estado de São Paulo – Nacional – 04/08/2007 .....	6
<b>Lideranças receberão prêmio em São Paulo</b> – Estado de São Paulo – Nacional – 04/08/2007 .....	7
<b>É preciso rever índices de produtividade?</b> – Roberto Rodrigues - Folha de São Paulo – Dinheiro – 04/08/2007 .....	7
<b>Incra acende sinal de alerta contra compra de terras por estrangeiros</b> - Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 05/08/2007 .....	8
<b>Lei com restrições a estrangeiros foi congelada</b> – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 05/08/2007 .....	11
<b>Negócios estrangeiros podem atrasar reforma agrária, diz Incra</b> - Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 06/08/2007 .....	11
<b>Agência americana divulga desvantagem de brasileiros na compra de terras</b> – Estado de São Paulo – Nacional – 06/08/2007 .....	13
<b>MST cria acampamento ao longo de rodovia</b> – Estado de São Paulo – Nacional – 06/08/2007 .....	13
<b>Sem-terra resistem a reintegração em MS</b> – João Naves com a colaboração de Elder Ogliari- Estado de São Paulo – Nacional – 08/08/2007 .....	13
<b>Briga entre ruralistas e MST deixa 27 feridos</b> - Sandra Hahn colaboração Elder Ogliari – Estado de São Paulo – Nacional – 10/08/2007 .....	14
<b>Famílias de sem-terra deixam fazenda em MS</b> – Estado de São Paulo – Nacional – 11/08/2007 .....	16
<b>UDR não comparece à reunião com MST</b> – Estado de São Paulo – Nacional – 12/08/2007 .....	16
<b>MST bloqueia estrada em Porto Alegre</b> – Estado de São Paulo – Nacional – 12/08/2007 .....	16
<b>Vítimas de Corumbiara querem indenização</b> – Estado de São Paulo – Nacional – 12/08/2007 .....	16
<b>Ouidor promete apurar as acusações do MST</b> – Estado de São Paulo – Nacional – 14/08/2007 .....	17
<b>Bispo ataca projeto de Serra para Pontal</b> - José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional – 15/08/2007 .....	17
<b>O melhor argumento dos sem-terra</b> - Marcos Sá Corrêa – Estado de São Paulo – Vida & - 15/08/2007 .....	18

## Segunda Quinzena

<b>Ação tenta reverter 99 assentamentos</b> - Carlos Mendes – Estado de São Paulo – Nacional – 18/08/2007 .....	20
<b>Incra é denunciado por água poluída</b> - João Naves – Estado de São Paulo – Nacional- 18/08/2007 .....	21
<b>Movimentos armam invasão a universidades federais</b> - Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 19/08/2007 .....	21
<b>MST se une a estudantes e invade universidade no Rio</b> - Fabiana Cimieri e Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 21/08/2007 .....	22
<b>MST ocupa faculdade de filosofia</b> – O Globo – CAPA – 21/08/2007 .....	23
<b>Estudantes e sem-terra ocupam universidades</b> - Itala Maduell* - O Globo – O País – 21/08/2007 .....	23
<b>Cassel rebate denúncias sobre assentamentos na Amazônia</b> - Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 22/08/2007.....	24
<b>Faculdade do Largo S. Francisco é ocupada</b> – Estado de São Paulo – Nacional – 22/08/2007 .....	25
<b>MST invade propriedade de empresa no RS</b> – Folha de São Paulo – 22/08/2007 .....	26
<b>MST ocupa Incra no Rio</b> – O Globo – O País – 22/08/2007 .....	26
<b>Índia é agredida por garotos em Dourados</b> – Estado de São Paulo – Nacional – 23/08/2007 .....	26
<b>Tropa de Choque tira MST da USP</b> - Moacir Assunção, Paulo Darcie, Eduardo Kattah, Elder Ogliari, Carmem Pompeu e Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 23/08/2007 .....	27
<b>MARCHA: LULA DIZ QUE, SE PUDESSE, PAGARIA PARA ATRAIR MANIFESTANTES</b> – Folha de São Paulo – Brasil – 23/08/2007 .....	28
<b>MST invade duas áreas desapropriadas</b> – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 24/08/2007 .....	28
<b>Sem-terra fazem invasão em áreas obtidas pelo Incra</b> – Folha de São Paulo – Brasil – 24/08/2007 .....	29
<b>Cresce ainda mais a concentração na produção agropecuária no MT</b> - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 28/08/2007.....	29
<b>No Brasil, propriedade de terras é mais pulverizada</b> – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 28/08/2007 .....	30
<b>MST inicia desocupação de fazenda do tráfico na Bahia</b> - Tiago Décimo – Estado de São Paulo – Metrópole – 29/08/2007 .....	31
<b>Reunião em Brasília discute reforma agrária e regularização fundiária</b> – Sítio Eletrônico do MDA – 29/08/2007 .....	31
<b>Tensão agrária envolve 'sin tierra' e 'brasiguaios'</b> - Marcos de Moura e Souza – Valor Econômico – Internacional - 29/08/2007 .....	32
<b>Por que atualizar os índices de produtividade</b> – Guilherme Cassel – Folha de São Paulo – 30/08/2007 .....	33
<b>MST entrega pauta de reivindicações na Bahia</b> – Site Eletrônico do MDA – 30/08/2007 .....	35
<b>Brasil quer tratar reforma agrária como subsídio legal</b> - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 30/08/2007 .....	36
<b>MST faz campanha pela reestatização da Vale</b> - Roldão Arruda – estado de São Paulo – Economia e Negócios – 31/08/2007.....	36

**MST resiste a deixar fazenda em Ribeirão** – Estado de São Paulo – Nacional – 01/08/2007

A Justiça de Ribeirão Preto deu liminar aos donos da Fazenda São João, determinando a manutenção de posse da área. Dois oficiais de Justiça foram ao local, anteontem, comunicar a decisão, mas as 150 famílias ligadas ao Movimento dos Sem-Terra não deixaram o local. O MST disse que vai recorrer da decisão. Não foi dado prazo para os invasores saírem da área, ocupada em 24 de julho. A São João fica ao lado da Fazenda da Barra, já desapropriada para a reforma agrária.

**Área é invadida pela terceira vez este ano** – Estado de São Paulo – Nacional – 03/08/2007

O Movimento dos Sem-Terra (MST) voltou a invadir a Fazenda da Palma, em Pedro Osório (RS), ontem. É a terceira vez neste ano que os sem-terra montam barracas na propriedade de 2 mil hectares, à margem da BR-116, pertencente à empresária Amélia Eichinique Lopes. Como a área já está protegida por interdito proibitório, a desocupação deverá ser feita pela Brigada Militar nos próximos dias.

**MST desocupa fazenda em Ribeirão** – Estado de São Paulo – Nacional – 03/08/2007

As 150 famílias do Movimento dos Sem-Terra (MST) que estavam acampadas na Fazenda São João, em Ribeirão Preto (SP), ocupada desde 24 de julho, saíram do local anteontem. A 2ª Vara Cível havia garantido a manutenção da posse aos proprietários. O MST pede ao Incra abertura de processo para destinar a área a um novo assentamento.

**CERCA DE 200 FAMÍLIAS INVADEM ÁREA NO RS** – Folha de São Paulo – Brasil – 03/08/2007

Famílias ligadas ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), invadiram ontem uma fazenda em Pedro Osório (RS). O MST reivindica a desapropriação da área, que já invadiu outras três vezes neste ano. As famílias estavam em um assentamento. Invadiram porque consideram o assentamento pequeno, segundo a coordenação do MST.

**CPT vai para linha de frente** - Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 04/08/2007

Comissão ligada à Igreja deixa retaguarda e promove invasões

A Comissão Pastoral da Terra (CPT), que é vinculada à Igreja Católica, está agindo em alguns Estados como movimento social e disputando espaço com o Movimento dos Sem-Terra (MST). O caso mais evidente é o de Alagoas - onde a CPT comandou dias atrás a invasão da Fazenda Boa Vista, do deputado Olavo Calheiros, irmão do presidente do Senado, Renan Calheiros, ambos do PMDB. No ano passado, grupos de sem-terra comandados pela mesma CPT tinham realizado uma ação mais espetacular: a ocupação do Porto de Maceió, que resultou na paralisação do movimento de cargas de açúcar e álcool.

Trata-se da inversão do papel histórico da CPT, que, desde sua criação, em 1975, sempre atuou na retaguarda, estimulando a formação de movimentos sociais e dando apoio espiritual e material às suas ações. O MST, surgido em 1985, é fruto desse tipo de ação da pastoral.

Movimento semelhante ao de Alagoas verifica-se também na Paraíba e, em menor escala, Pernambuco e Bahia. Na Paraíba, o superintendente recém-nomeado do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), com posse marcada para a próxima terça-feira, é um dos principais líderes da CPT no Estado, conhecido como Frei Anastácio. Filiado ao PT e candidato derrotado à Câmara dos Deputados na eleição passada, ele sempre figurou no noticiário local como líder de ocupações de edifícios públicos e de terras.

A força da CPT na Paraíba é tão grande que, de acordo com estimativas do geógrafo Marco Mitidiero, que conclui uma tese de doutorado sobre o assunto, cerca de 90% dos assentamentos da reforma agrária no Estado estão sob a bandeira da pastoral. “Lá, quando ocorre uma ocupação, as freiras e os padres estão sempre na linha de frente”, diz ele.

Não se trata de uma situação nova. Ela tem origens na forte influência da Teologia da Libertação na região - e em conflitos entre facções da Igreja. A novidade está no fato de que, ao invés de refluir, como desejam lideranças da própria CPT e do MST, esse tipo de protagonismo religioso aumentou recentemente.

No cenário nacional, a CPT ainda é o grande braço a serviço do MST, atuando na retaguarda. Mas também aí começam a surgir disputas - dessa vez no plano ideológico - que podem causar o distanciamento entre as duas entidades.

**Pastoral não aceita posição do MST e cobra duramente governo Lula** –Estado de São Paulo – Nacional – 04/08/2007

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva é a principal causa de atritos entre a CPT e o MST. Enquanto a Pastoral insiste na crítica dura ao presidente e mantém antigas bandeiras, como a imposição de limites ao tamanho da propriedade rural, o MST desenvolve uma linha mais pragmática - com um discurso público enérgico e, ao mesmo tempo, de abertura nas negociações de questões práticas da reforma agrária.

Na opinião de técnicos do Incra, o MST tem necessidade de atender com rapidez às demandas dos acampamentos e assentamentos sob sua bandeira - e por isso é mais pragmático, enquanto a CPT insiste em marcar posição.

Para os críticos do movimento, porém, trata-se de um erro. Dizem que o MST montou uma estrutura institucional gigantesca, que abrange da área educacional à assistência técnica, e por isso fica cada vez mais dependente da liberação de recursos do governo para manter essa estrutura funcionando. Ele estaria perdendo a mobilidade característica de movimentos.

Se antes a CPT apoiava de modo quase incondicional as ações do MST, hoje reluta em alguns casos. Na Bahia, agentes pastorais ajudaram a fundar um movimento de pequenos agricultores que não se sentiam à vontade sob a liderança do MST nem da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

As mudanças também estão ligadas à franca diminuição dos recursos que eram enviados à Igreja do Brasil por organizações religiosas internacionais. Isso estaria obrigando as pastorais sociais a assumirem um perfil mais parecido ao de organizações não-governamentais, mais laico, com menos ênfase nas questões pastorais e evangélicas.

Ao comentar essas questões para o Estado, o bispo d. Tomás Balduino, uma das lideranças mais expressivas da CPT, disse que, apesar das características próprias de alguns Estados, a entidade não pretende ser protagonista: “A CPT sente-se fortalecida quando os movimentos sociais avançam em sua luta pela causa da terra.”

Sobre divergências políticas entre as entidades, respondeu que o diálogo entre elas é antigo e sempre deu bons resultados: “As divergências fazem parte do relacionamento e da evolução da luta.”

**Lideranças receberão prêmio em São Paulo** – Estado de São Paulo – Nacional – 04/08/2007

Com participação de 150 lideranças indígenas, o Ministério da Cultura, Sesc- SP e Associação Guarani Tenonde Porã promovem, no dia 15, no Sesc Vila Mariana (tel. 5080-3042), em São Paulo, a cerimônia de entrega de certificados de premiação para as 82 propostas selecionadas no Prêmio Culturas Indígenas 2006 - Edição Ângelo Cretã. O prêmio foi criado em 2006 pelo ministério para promover iniciativas de fortalecimento cultural das comunidades indígenas do Brasil. Existem no País cerca de 225 povos indígenas que falam 180 línguas. O prêmio mobilizou comunidades de 85 povos.

**É preciso rever índices de produtividade?** – Roberto Rodrigues - Folha de São Paulo – Dinheiro – 04/08/2007

**Não há sentido mais em fixar índices de produtividade para desapropriar terras para reforma agrária**

O GOVERNO federal tem um certo compromisso com os assim chamados movimentos sociais, no sentido de modificar os índices de produtividade agrícola. É preciso entender bem esse tema. Os índices de produtividade foram criados nos anos 60 e tinham por objetivo forçar os produtores rurais a investir em tecnologia, para produzir mais por área. Com isso, a idéia era acabar a especulação com a terra, bem como levar ao cumprimento da função social da propriedade rural, que era gerar empregos e renda para o país de forma sustentada.

E, por trás desses objetivos, havia um outro: as terras que não atingissem o índice mínimo de produtividade, independentemente do cultivo ou da região onde estivessem, ficariam sujeitas a desapropriação para fins de reforma agrária. Embora discutível, havia um sentido nisso tudo: o setor rural não era homogêneo e havia segmentos extremamente atrasados e incapazes de competir: estimular a produtividade poderia ser um mecanismo interessante para mudar essa realidade.

Por outro lado, a inflação alta também inibia a eficiência, porque os custos de produção eram "comidos" por ela, de modo que não havia exposição dos produtores incapazes.

Mas isso tudo acabou. Os sucessivos planos de estabilização da economia produziram resultados brutais na agricultura: correções de preços, de dívidas rurais com índices diferentes no Plano Collor e o descasamento do Plano Real acabaram levando a uma tríplice colisão na primeira metade dos anos 90: estabilização interna da moeda, abertura comercial indiscriminada e falência das políticas públicas para o setor. Isso gerou duas ondas simultâneas no campo: uma de conclusão e outra de competitividade. Aqueles produtores -especialmente os pequenos- que por diversas razões não conseguiram avançar foram excluídos da atividade. E os remanescentes tiveram que investir em tecnologia e em gestão para sobreviver. Com isso, o agronegócio brasileiro hoje é

extremamente eficiente e competitivo, a produtividade aumentou espetacularmente e os índices ficaram desatualizados. Mas, então, por que corrigi-los agora? Por que aumentá-los? Só para ampliar o número de hectares para reforma agrária? Por que só no campo se exige uma produtividade mínima?

Indústria tem índice de produtividade? Loja tem? Restaurante, bares, cinemas, farmácias, fábrica de autopeças, de roupas, de alimentos, têm? Bancos têm? Não, claro que não! Porque, se não são eficientes e competitivos, não agüentam a concorrência e quebram. Ora, isso também acontece no moderno agronegócio brasileiro. Acabou o tempo em que comprar terra era bom investimento. Hoje, o produtor rural que não for competitivo também quebra. Também é excluído. Com a inflação dominada, não tem mais ineficiência escondida. Agora está tudo às claras: ou é bom ou cai fora. Por essas razões, não há sentido mais em estabelecer índices de produtividade para desapropriar terras para reforma agrária: o mercado desapropria, por si só. E, além disso, seria uma injustiça: afinal, os agricultores investiram em tecnologia, e, com isso, a produtividade cresceu.

Aumentar os índices seria um castigo para quem investiu e melhorou as coisas para o país. Não se discute se a reforma agrária é necessária ou não. Mas forçar a barra para arranjar mais terra para isso não parece lógico. Afinal, qual a garantia de que os novos proprietários serão mais produtivos?

**ROBERTO RODRIGUES**, 64, coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior do Agronegócio da Fiesp e professor do Departamento de Economia Rural da Unesp - Jaboticabal, foi ministro da Agricultura. Escreve aos sábados, a cada 15 dias, nesta coluna.

**Incrá acende sinal de alerta contra compra de terras por estrangeiros** - Roldão Arruda  
– Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 05/08/2007

Propriedades rurais atraem cada vez mais fazendeiros de outros países, investidores e também ambientalistas

O interesse de pessoas físicas e empresas estrangeiras pelas terras brasileiras tem aumentado tão velozmente que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) apertou o botão da luz amarela. Seus procuradores receberam orientação para olhar com mais atenção os negócios fundiários - para saber se estão dentro das normas legais. De acordo com o presidente da autarquia, Rolf Hackbart, já está em curso uma disputa pelo território brasileiro. 'E ela só vai aumentar nos próximos anos', diz ele.

O lado mais visível desse movimento são as vendas de terras associadas aos projetos de produção de biocombustível, que atraem fundos de investimentos e multimilionários, como o megainvestidor George Soros. Mas essas transações representam apenas uma parte - e não a maior - dos negócios fundiários com capital externo.

Neste momento, grupos estrangeiros, preocupados com o aquecimento global, estão prospectando o Brasil em busca de áreas de florestas para comprar e preservar. Em outro vetor, o da produção agrícola, aumentam os negócios com estrangeiros que apostam no futuro das commodities agrícolas, como soja, algodão e celulose. Também entram na lista poderosos fundos de pensionistas americanos que investem na terra como reserva de valor.

Chama a atenção o que ocorre agora no oeste da Bahia - região de cerrado, na fronteira com o Tocantins, ao pé da Serra Geral de Goiás e a 900 quilômetros de Salvador. Fazendeiros americanos, com dificuldades para comprar terras em seu país, começaram a desembarcar por ali em meados dos anos 90, para produzir milho e algodão - e não pararam mais. Atrás deles já estão chegando australianos, franceses, holandeses.

De acordo com três empresas de consultoria rural ouvidas pelo Estado, nunca houve tanto interesse de fundos de investimentos estrangeiros por terras brasileiras como agora e nunca o cerrado baiano pareceu tão interessante. Uma dessas consultorias, a Céleres, de Uberlândia, foi contratada por quatro fundos internacionais, cada um deles com US\$ 100 milhões disponíveis para investir em terras, de preferência na Bahia.

Entre os americanos já instalados na Bahia encontra-se Brian Willot, de 35 anos. Filho de agricultores, com diploma universitário de economia agrícola, ele já plantou e colheu algodão em terras arrendadas durante três safras. Agora, entusiasmado com os resultados, procura uma fazenda para comprar: em nome dele e outros quatro fazendeiros que permanecem nos Estados Unidos.

Scott Shanks, de 26 anos, também formado em economia agrícola, administra o condomínio agrícola American Colony - uma área de 18 mil hectares, em Formosa do Rio Preto, pertencente a um grupo de fazendeiros americanos. Ele é um dos mais entusiasmados com o futuro da região: 'Isso aqui parece os Estados Unidos de cem anos atrás. As perspectivas são de um período de grande desenvolvimento.'

Pelas estimativas do agrônomo Eduardo Yamashita, secretário de Agricultura de Luís Eduardo Magalhães, a cidade que mais cresce no oeste baiano, cerca de 60 propriedades estão em mãos de estrangeiros, num total aproximado de 150 mil hectares. Segundo o prefeito, Oziel Oliveira, os investidores apostam na elevação do preço da terra: 'Na média, em dez anos o hectare daqui passou de US\$ 100 para US\$ 2.000.'

## **PRESERVAÇÃO**

Os investimentos com objetivos ambientalistas não têm tanta visibilidade. Mas também aí os títulos de terras mudam de mãos. Um exemplo: o corretor de imóveis rurais Joel Antonio Dezorzi, dono da Ruralbrás, empresa cuja sede fica em Formosa, Goiás, conta que desde quando anunciou no site da empresa a venda de uma área de 900 mil hectares cobertos de floresta, no Amazonas, pertencente ao grupo Aplub, apareceram três candidatos fortes ao negócio. Dois eram representantes de organizações estrangeiras interessadas em preservar a área. 'Um da Inglaterra e outro dos Estados Unidos', diz ele.

Nenhum interessado fez objeção ao preço, de US\$ 100 milhões. Mas o negócio não decolou porque o Incra levanta suspeitas quanto à legalidade do título de propriedade - insinuação que Dezorzi rebate.

O grupo da Inglaterra que procurou a Ruralbrás é representado no Brasil pelo empresário Jaime Hughes. Em conversa com o Estado, ele disse que não se trata de um grupo formal de investimentos, mas da reunião de pessoas, conhecidos e amigos, com três características comuns: preocupam-se com o aquecimento global; acreditam que a melhor saída para o planeta é a preservação das florestas; e se dispõem a desembolsar dinheiro para comprar fatias verdes no Brasil.

'A Amazônia vai ser um negócio de ouro para o Brasil', prevê Hughes. 'É a alternativa para o pulmão verde do mundo e está atraindo interesses de europeus, árabes...'

Hughes é brasileiro, filho de pai inglês e mãe pernambucana. Falando português com dificuldade, devido aos anos que passou fora, nos Estados Unidos e na Inglaterra, ele conta que, depois de informar-se sobre as terras da Aplub, consultou o Incra. E foi aconselhado a desistir do negócio.

O grupo de Hughes entusiasmou-se com o Brasil depois que o milionário sueco-britânico Johan Eliasch, também preocupado com a questão ambiental, comprou no ano passado cerca de 160 mil hectares de florestas no Amazonas, anunciando que seriam preservados.

Esse negócio também chamou a atenção do Incra, que está analisando a legalidade da operação. Aliás, na Amazônia qualquer negócio de terra é arriscado, segundo o diretor do Programa Nacional de Florestas do Ministério do Meio Ambiente, Tasso Azevedo. Os problemas de titularidade são tão comuns, de acordo com suas informações, que 'só estrangeiros desinformados se dispõem a fazer negócios'.

Há também estrangeiros investindo em preservação ambiental fora da Amazônia. No Paraná, as empresas American Electric Power, Chevron e General Motors, americanas, ajudaram a Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental a comprar 19 mil hectares, no litoral do Estado. Trata-se de uma área degradada da floresta atlântica, que está sendo recuperada. No total, as empresas já investiram cerca de US\$ 18,3 milhões no conjunto do empreendimento.

A aproximação entre a organização paranaense e as empresas foi feita pela The Nature Conservancy - tradicional instituição americana especializada em juntar dinheiro de empresas e de milionários para aplicar na proteção de habitats naturais ao redor do mundo. No Brasil, além do empreendimento no Paraná, tem comprado áreas ao redor de parques nacionais, especialmente no Pantanal. No total já adquiriu cerca de 80 mil hectares - a maior parte deles mantidos como reservas particulares.

Outro setor da economia que investe em terras brasileiras é o de produção de celulose. No Rio Grande do Sul, a Stora Enso, gigante sueco-finlandesa do setor de

produção de papel e embalagens, está adquirindo cerca de 100 mil hectares de terras para reflorestar.

As razões do interesse estrangeiro pela terra são múltiplas. Fala-se que também pesa na decisão o fato de o risco Brasil ter atingido o menor nível de sua história - o que dá mais garantia ao dinheiro aplicado aqui. Seja qual for o motivo, o fato é que as terras brasileiras nunca estiveram tão cobiçadas por estrangeiros como agora.

### **Lei com restrições a estrangeiros foi congelada** – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 05/08/2007

A legislação brasileira sobre terras, que remonta aos anos 70, impõe sérias restrições aos estrangeiros que desejam comprar terras no Brasil. Ela regula desde o tamanho máximo da propriedade que eles podem ter à necessidade de notificação às autoridades competentes.

Tal legislação, porém, teria sido deixada para trás com a revogação, em 1994, do artigo 171 da Constituição, que definia os conceitos de empresa brasileira e empresa brasileira de capital nacional. O objetivo era facilitar a entrada de capital estrangeiro no País.

No processo, foi congelada a Lei 5.709, de outubro de 1971, onde estão contidas todas as restrições aos estrangeiros nos negócios fundiários. Hoje os interessados em comprar terras no Brasil constituem uma empresa nacional - com algum sócio brasileiro e capital estrangeiro - e depois podem agir como qualquer cidadão nascido aqui.

Nos cartórios de registro de imóveis na região oeste da Bahia, ninguém tem informações sobre o aumento da presença de estrangeiros por ali. Porque na verdade são empresas brasileiras comprando de brasileiros.

A proposta do Incra é rever a aplicação da lei.

### **Negócios estrangeiros podem atrasar reforma agrária, diz Incra** - Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 06/08/2007

Para instituto, áreas tendem a ficar mais caras e pequenos e médios produtores saem prejudicados

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) teme que o aumento dos negócios fundiários que se verifica no País, com a injeção de capital estrangeiro, dificulte o avanço da reforma agrária. Acredita-se que as áreas disponíveis para a criação de assentamentos rurais tendem a ficar mais escassas, mais caras. Segundo o presidente da

autarquia, Rolf Hackbart, esse movimento está associado à expansão da cultura da cana-de-açúcar, para a produção de etanol, mas não só.

“Estamos diante de uma realidade que vai além da matriz energética”, diz ele. “Investidores internacionais, por meio de empresas brasileiras, compram terras como reserva de valor a médio e a longo prazo. Fazem isso porque há escassez de terras e porque o preço tem subido de forma significativa nos últimos anos. Na região Centro-Oeste, houve uma valorização de 24% na última década.”

Outra preocupação do Incra é com os pequenos e médios produtores rurais - que ficam numa situação desvantajosa perante os detentores de dólares e euros na hora de negociar terras. Daí o fato de a autarquia estar articulando, juntamente com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, uma revisão das leis que tratam da compra de terras por estrangeiros.

De acordo com empresas de consultoria na área do agronegócio, a maior parte dos investidores estrangeiros que desembarcam no País atrás de negócios com etanol e biodiesel destina quase todo o seu capital para a compra de usinas. Poucos compram imóveis. Preferem arrendá-los, seguindo o exemplo dos usineiros brasileiros.

Uma das exceções é a Adecoagro, empresa de capital argentino e americano e que tem o multimilionário George Soros entre seus acionistas. Proprietária de quase 30 mil hectares de terras no País, nos quais produz soja, milho, algodão e café, a Adecoagro investe agora na compra de uma área de 150 mil hectares em Mato Grosso do Sul, para a produção de cana.

Os negócios com terras são mais frequentes nas regiões de fronteira agrícola, onde a possibilidade de valorização imobiliária é maior. É o caso do extremo oeste da Bahia, de partes de Mato Grosso e do Maranhão.

No oeste baiano, fazendeiros americanos compram terras em áreas sem energia elétrica e onde as estradas são precaríssimas. Apostam na capacidade de produção da região - especialmente de soja, milho e algodão - e na valorização dos imóveis.

De acordo com Oziel de Oliveira, prefeito de Luís Eduardo Magalhães, a mais próspera cidade da área, a 900 km de Salvador, os estrangeiros formam a terceira leva de colonizadores. “A primeira foi com o pessoal do Sul do País, que veio plantar arroz e soja. Depois vieram os paulistas e mineiros, com café, fruticultura e pecuária. E, agora, os americanos, australianos, holandeses, com algodão, milho...”

Ainda segundo Oliveira, que é paulista, cerca de 1,5 milhão de hectares já estão produzindo na região: “Mas ainda existem outros 3 milhões para serem explorados, já considerando todas as áreas que devem ser preservadas.”

**Agência americana divulga desvantagem de brasileiros na compra de terras – Estado de São Paulo – Nacional – 06/08/2007**

Os brasileiros estão em desvantagem diante dos estrangeiros nos negócios fundiários. Quem diz isso é a AgBrasil, uma das agências americanas que tentam atrair mais investidores para o oeste baiano, nos municípios de Luís Eduardo Magalhães, Barreiras, entre outros.

Num folheto que distribuiu entre potenciais investidores, a agência dizia que, na região, com solos produtivos e baratos, existe mais terra do que dinheiro para comprá-la. E explicava que os potenciais compradores brasileiros não dispõem de subsídios, lidam com créditos limitados e ainda enfrentam juros altíssimos.

Outra vantagem dos estrangeiros: eles estão enviando para a região profissionais com bom nível de conhecimento de técnicas agrícolas e comércio mundial - a maioria deles filhos de produtores tradicionais, que já passaram por cursos universitários em seus países. R.A.

**MST cria acampamento ao longo de rodovia – Estado de São Paulo – Nacional – 06/08/2007**

O Movimento dos Sem-Terra (MST) iniciou ontem a construção de barracos em área pública de Paraguaçu Paulista, ao longo de uma rodovia vicinal. O local vai abrigar o Acampamento Che Guevara. Segundo o MST, o Incra vistoriou várias fazendas na região e 9 já foram consideradas improdutivas.

**Sem-terra resistem a reintegração em MS – João Naves com a colaboração de Elder Ogliari- Estado de São Paulo – Nacional – 08/08/2007**

Armado, grupo ligado à Contag recebe ultimato da Polícia Militar - *João Naves, CAMPO GRANDE*

Armados com ferramentas agrícolas, cerca de 300 sem-terra ligados à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) resistiram ontem à ordem de reintegração de posse da Fazenda Jamaica, pertencente ao reverendo Moon, sul-coreano que preside a Associação das Famílias para a Paz Mundial. A área de 2.500 hectares fica em Jardim, cidade a 340 quilômetros de Campo Grande, na região do Pantanal de Mato Grosso do Sul.

A propriedade foi ocupada no dia 27 de julho. O comandante da Polícia Militar na região, coronel Luiz Ubiratan Maria da Cruz, e o delegado regional de Polícia Civil, João Eduardo Santana Davanço, desistiram das negociações e deram um ultimato aos invasores:

até a próxima sexta-feira os sem-terra poderão deixar o local pacificamente. Se não saírem, serão despejados.

Em nome de sua associação, o reverendo Sun Myung Moon, de 87 anos, comprou fazendas em uma extensão que vai do município de Bonito até Porto Murinho. Ao todo, são 43 áreas registradas no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá). Denunciadas como áreas improdutivas em 2004, todas foram alvo de vistorias do Incra, que constatou um processo de agrupamento dessas fazendas. As 43 áreas originais foram fundidas em apenas 17. O Incra definiu como terras próprias para a reforma agrária as Fazendas Jamaica, Nossa Senhora de Fátima, Morro Azul, São Jorge e Paraíso Figueira.

Em 2005, o Incra concluiu o processo de seleção das áreas do reverendo Moon consideradas apropriadas para a reforma agrária, incluindo a Fazenda Jamaica. Mas ainda não houve distribuição de nenhum lote para os sem-terra.

## **DESOCUPAÇÃO**

Em Pedro Osório, no Rio Grande do Sul, o Movimento dos Sem-Terra (MST) desocupou a Fazenda da Palma. A decisão de sair foi tomada poucas horas antes da chegada da Brigada Militar para fazer cumprir uma ordem de reintegração de posse dada pela Justiça à proprietária, Amélia Eichinique Lopes. Ontem, ao amanhecer, 300 soldados cercaram as barracas dos sem-terra, mas não encontraram ninguém.

Foi a terceira vez neste ano que militantes do MST se instalaram numa área dentro da propriedade rural de 2 mil hectares, produtora de arroz e gado de corte. As ocupações anteriores ocorreram entre 11 e 13 de abril e entre 27 de abril e 8 de maio.

O MST vai manter a pressão sobre a Fazenda da Palma, anunciou uma das lideranças do movimento, Irma Ostrovski. O grupo de invasores voltou para um acampamento montado num assentamento vizinho à propriedade rural. De lá, poderá ir diariamente à fazenda, prática que já adotou. Pela proximidade, também terá facilidades para sair a cada vez que a Brigada Militar se aproximar do local. “Eles usam a estratégia de se instalar em áreas limítrofes”, constata o subcomandante da Brigada Militar, coronel Paulo Mendes. **COLABOROU ELDER OGLIARI**

**Briga entre ruralistas e MST deixa 27 feridos** - Sandra Hahn colaboração Elder Ogliari – Estado de São Paulo – Nacional – 10/08/2007

Os dois grupos foram a Pedro Osório (RS) para uma audiência do Incra

Um confronto entre sem-terra e ruralistas em Pedro Osório, a 304 quilômetros de Porto Alegre, deixou 27 feridos ontem de manhã. A briga ocorreu na frente do salão paroquial da cidade, onde às 10 horas estava marcada uma audiência pública, agendada há

um mês pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para discutir a tensão no campo.

Os grupos trocaram ofensas e logo passaram às agressões físicas. Além de socos, pontapés e empurrões, usaram mastros de bandeiras e cadeiras como armas. Logo que a briga começou, havia quatro policiais na frente do salão, que em seguida chamaram reforços do Batalhão de Operações Especiais.

Segundo o vice-presidente da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (Farsul), Gedeão Pereira, os produtores chegaram ao local por volta das 8h30 e pouco depois foram cercados pelos sem-terra, que iniciaram a briga. A coordenação local do Movimento dos Sem-Terra (MST) nega e garante que os fazendeiros tentaram impedir seu acesso ao local.

Em nota, o MST informa que dois de seus militantes foram feridos e acusa a Brigada Militar (a Polícia Militar gaúcha) de ter participado das agressões aos sem-terra. Em Pedro Osório, o coordenador Marcelino João Soares disse que seu grupo tinha cerca de 130 pessoas, dos quais 40 eram crianças.

A Santa Casa da cidade atendeu 22 sem-terra e 5 policiais com ferimentos, mas nenhum em situação grave. O capitão Kleiton Renan Sedrez foi atendido e depois levado para Porto Alegre, com arritmia cardíaca. Seis sem-terra foram detidos pela polícia para interrogatório e liberados ontem mesmo.

“O local da audiência tinha espaço para todos”, garantiu depois o tenente-coronel Utinguacú de Farias Rosado, comandante interino da regional sul da Brigada Militar, ao lamentar o conflito. Ele reclamou, porém, que a Brigada não foi consultada sobre a conveniência de realizar a reunião na cidade, que tem 8 mil habitantes.

Rosado explicou que a Brigada montou barreiras em três acessos à cidade e revistou veículos particulares e os ônibus dos sem-terra, apreendendo instrumentos potencialmente perigosos, como foices. Os sem-terra afirmaram que os carros de fazendeiros não tiveram que passar pela verificação, mas Rosado assegurou que todos os veículos foram vistoriados.

Enquanto esperavam a realização da audiência, que acabou sendo cancelada, sem-terra e ruralistas permaneceram próximos durante boa parte do dia. Os integrantes do MST ficaram na área do salão e os produtores do lado de fora. Depois que a reunião foi suspensa, os sem-terra voltaram para um acampamento perto da Fazenda da Palma.

**Famílias de sem-terra deixam fazenda em MS** – Estado de São Paulo – Nacional – 11/08/2007

As 300 famílias de sem-terra desocuparam ontem a Fazenda Jamaica, em Jardim (MS), e acamparam em frente. Elas invadiram o local no dia 27 para forçar o Incra a resolver pendência existente há quase quatro anos. A Jamaica, de 2.500 hectares, é vizinha das fazendas Jangada e Mutum, pertencentes à Associação das Famílias Pela Unificação e Paz Mundial, entidade presidida pelo sul-coreano reverendo Moon. O Incra paralisou os processos de desapropriação e o MST quer que o órgão retome o trabalho para transformar as áreas em assentamento.

**UDR não comparece à reunião com MST** – Estado de São Paulo – Nacional – 12/08/2007

Livro de contabilidade de gráfica indica que Sérgio de Almeida bancou despesas na campanha eleitoral de 2004

Entidades ruralistas não compareceram anteontem à audiência pública convocada pela Frente Parlamentar em Defesa da Reforma Agrária da Assembléia Legislativa de São Paulo para discutir o projeto de regularização fundiária do Pontal do Paranapanema. A União Democrática Ruralista (UDR) diz não aceitar negociar com o MST.

**MST bloqueia estrada em Porto Alegre** – Estado de São Paulo – Nacional – 12/08/2007

Um grupo do Movimento dos Sem-Terra (MST) bloqueou uma estrada na Região Metropolitana de Porto Alegre. Com foices, facões e porretes, os sem-terra pretendiam impedir uma carreta de produtores rurais. A Brigada Militar deslocou um efetivo de 120 policiais para tentar desbloquear a via e evitar confronto entre as duas partes.

**Vítimas de Corumbiara querem indenização** – Estado de São Paulo – Nacional – 12/08/2007

Representantes de agricultores vítimas do massacre de Corumbiara (RO) foram ao Palácio do Planalto reivindicar do Estado tratamento de saúde e indenizações para os que tiveram seqüelas físicas e transtornos psicológicos. Em ação de reintegração de posse da Fazenda Santa Elina, a 780 Km de Porto Velho, 16 morreram e 7 desapareceram em 1995.

**Ouvidor promete apurar as acusações do MST – Estado de São Paulo – Nacional – 14/08/2007**

O ouvidor-geral da Segurança Pública do Rio Grande do Sul, Adão Paiani, prometeu ao Movimento dos Sem-Terra que pedirá à Corregedoria da Brigada Militar investigações sobre supostos abusos dos policiais contra assentados. O MST acusou soldados de terem agredido sem-terra durante conflito em Pedro Osório, na quinta-feira.

**Bispo ataca projeto de Serra para Pontal - José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional – 15/08/2007**

Manifesto contra 'legalização da grilagem' foi lido nas missas

O bispo da diocese de Presidente Prudente, d. José Maria Liborio Saracho, que representa a Comissão Pastoral da Terra (CPT) no Estado de São Paulo, desencadeou uma campanha contra o projeto de lei do governador José Serra (PSDB) que propõe a regularização das áreas com mais de 500 hectares no Pontal do Paranapanema. Um manifesto contra o que ele chama de 'legalização da grilagem' foi lido nas missas de domingo em igrejas da região. O texto chama a atenção do Estado por não ter tomado 'medidas suficientes para cumprir a Constituição no sentido de reaver as terras públicas griladas e de destiná-las para a reforma agrária'.

Ontem, d. José Maria disse que, se o governo quer a paz na região, o melhor caminho será apressar a Justiça para que julgue as ações que discutem se as terras pertencem ou não ao Estado. O projeto de Serra, segundo ele, pode agravar os conflitos. 'O MST luta há 25 anos por essas terras e não vai dar paz nem tranquilidade enquanto houver dúvida.'

O bispo justificou as invasões - foram mais de 30 este ano na região. 'O movimento tem uma posição clara: quando invade, é porque é duvidoso que o dono seja mesmo o dono. O único jeito de ser ouvido é invadir as fazendas.'

## **DÍVIDAS**

D. José Maria disse que sua posição é também a da CPT estadual e deve encontrar apoio em outras dioceses. Ele criticou o governo por apoiar a expansão da cana-de-açúcar, que segundo ele está transformando São Paulo num 'deserto verde'.

No manifesto, o bispo afirma que o Estado tem 'dívidas sociais' com o povo da região que devem ser resgatadas. Ele disse que as terras em discussão na Justiça seriam suficientes para assentar mais de 15 mil famílias. 'É quatro vezes o que já tem assentado.'

O projeto do governador tramita em caráter de urgência na Assembléia. No dia 21, durante um fórum sobre a expansão da cana e do etanol que se realizará em Presidente Prudente, o bispo voltará a atacar a proposta de Serra. 'É uma agressão à razão e uma usurpação ilegítima do bem comum', criticou.

### **'BOA VONTADE'**

O presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Luiz Antonio Nabhan Garcia, contestou os argumentos do bispo. 'Estamos ganhando a maioria das ações e o total de terras efetivamente dadas como devoluta é de meio por cento.'

O líder ruralista afirmou que o projeto contempla apenas a 'boa vontade' dos proprietários de pôr fim à disputa judicial e disse que a postura do bispo é ideológica. 'A CPT e o MST têm o mesmo discurso.'

Segundo Nabhan, há dois anos, d. José Maria teria convocado os sem-terra para invadir fazendas. 'Eu o critiquei e entrei com processo. Ele também me processou pelo que eu falei.'

### **O melhor argumento dos sem-terra - Marcos Sá Corrêa – Estado de São Paulo – Vida & - 15/08/2007**

Se os líderes do MST não gostassem tanto de ouvir a música de suas próprias vozes recitando slogans, usariam como propaganda da reforma agrária a paisagem que o biólogo Laury Cullen vai descrevendo com o mínimo de palavras, enquanto roda pelo labirinto de estradas rurais no Pontal do Paranapanema.

É um lugar que, há menos de um século, os mapas do Estado de São Paulo ainda apontavam como terra incógnita. Teodoro Sampaio, a sede do município, leva o nome do engenheiro que explorou aqueles sertões dos caingangues lá pelo fim do 2º Reinado.

Suas florestas resistiram, até a década de 40, como vasta reserva que o governo Adhemar de Barros deixou grilar nos anos 50 - para abastecer com a fuligem de madeira nativa os motores de uma campanha gorada à presidência da República, diz a lenda.

O saldo da conquista estabanaada perpetuou-se numa insolúvel confusão fundiária, espetando na informalidade jurídica imensas fazendas abertas na mata sem título de propriedade e com desprezo pelo Código Florestal. Sua força vem do gado, que nesta época do ano salpica os pastos cor de palha com o branco meio imóvel dos bois de corte e atravança as ruas de Teodoro Sampaio com a procissão de carretas a caminho do matadouro.

Foi por conta da grilagem original que os sem-terra puseram o Pontal no front da reforma agrária. Nem tudo ali se pode chamar de latifúndio improdutivo. Há colinas

plantadas com capim em curvas de nível ao lado de charrascais invadidos pelo cupim, com troncos de ipês desfolhados,mas renitentes, que as queimadas não conseguiram botar no chão.

Em comum, além do passado inconfessável, os bons e maus pioneiros do agronegócio local têm a mesma penúria de árvores. Não é à-toa. São ambos filhos do mesmo desmatamento.

Qualquer forasteiro pode constatar a olho nu que praticamente ninguém ali está em dia com suas suas cotas de proteção permanente e reservas legais.

É onde entra o trabalho de Cullen. Ele chegou a Teodoro Sampaio há 20 anos, como pesquisador no Morro do Diabo, último retalho do parque ainda nas mãos do governo. Sobraram 30 mil hectares, cercados de arame farpado por todos os lados e rasgados por uma rodovia, em que os sobreviventes da fauna nativa morrem atropelados. Mas tem lá suas larguezas, como cerca de 800 micos-leões-pretos, durante muito tempo dados por extintos, e uma população de onças que não pára de aumentar.

Cullen está no Pontal por causa dos animais. Mas, para não perdê-los de uma vez por todas, trabalhando no Instituto de Pesquisas Ecológicas, ele teve que aprender a lidar com gente.

Convenceu fazendeiros a abrir alas em suas terras para os bichos que transitam entre o Morro do Diabo e os míseros fragmentos florestais da borda do Paranapanema, plantando corredores de árvores nos campos descobertos.

E, o que parecia ainda mais difícil, fechou com assentados, que antes só conheciam o parque como território da caça clandestina, um pacto de não-agressão que rendeu, entre outros efeitos, 22 viveiros de mudas cultivados pelos sem-terra. Hoje, quando os fazendeiros precisam de árvores, compram nos assentamentos.

Cullen trata de não tomar partido na política do Pontal. E sabe que, com grandes fazendeiros ou pequenos assentados, o boi criado solto só difere pela raça e a extensão das cercas. Mas bastam alguns quilômetros de estrada para aprender que, ali, pelo menos do ponto de vista de quem vive da natureza, como onça ou ambientalista, a profusão de sítios sombreados por árvores frutíferas faz uma espantosa diferença.

\* É jornalista e editor do site O Eco ([www.oeco.com.br](http://www.oeco.com.br)) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

**Ação tenta reverter 99 assentamentos** - Carlos Mendes – Estado de São Paulo – Nacional  
– 18/08/2007

Procuradores alegam que maioria dos projetos no oeste do Pará não tem nem sequer licença ambiental

Os procuradores da República no Pará Marco Antonio Almeida e Felipe Braga ingressaram na Justiça Federal de Santarém com uma ação civil pública para anular 99 portarias de criação de assentamentos para a reforma agrária no oeste do Estado. As autorizações foram emitidas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), nos últimos dois anos - quase todas sem licença ambiental.

A ação, encaminhada na quarta-feira, também tenta anular duas cláusulas do termo de ajustamento de conduta (TAC), assinado entre o Incra e a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (Sectam), que permitiriam a dispensa da licença de viabilidade ambiental e a posterior liberação de planos de manejo.

De acordo com os procuradores, os projetos de assentamento, de assentamento coletivo e de desenvolvimento sustentável, criados entre 2005 e 2007 na região, “não atendem a uma autêntica demanda de potenciais clientes da reforma agrária”. Pela denúncia, os projetos são “resultado da pressão do setor madeireiro junto às esferas governamentais, que vislumbram nos assentamentos um estoque de matéria-prima cujo manejo é objeto de licenciamento mais rápido”.

### **AMEAÇA**

Vários assentamentos ainda estariam sobrepostos a unidades de conservação - como o Parque Nacional da Amazônia, área de proteção integral, em Itaituba, que não permite nenhuma ocupação humana.

Os procuradores passaram três meses investigando os documentos emitidos pelo Incra de Santarém. A maioria dos assentamentos foi criada sem estudos de viabilidade ambiental, apoiando-se em levantamentos técnicos resumidos. Não há mapas, informações geográficas ou perfil socioeconômico. Regras internas do Incra e do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) não foram respeitadas, provocando “evidente tumulto procedimental”, diz a ação encaminhada ao juiz Francisco de Assis Castro Júnior.

Os assentamentos agroextrativistas, para populações tradicionais, foram os únicos em que não havia problemas, segundo Braga. Para esses projetos, costuma-se justificar a dispensa de licença ambiental. Nenhum dirigente do Incra quis comentar a denúncia, alegando que o órgão só vai se pronunciar após a notificação judicial.

**Incra é denunciado por água poluída** - João Naves – Estado de São Paulo – Nacional-18/08/2007

As 3.600 famílias assentadas pelo Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), nos projetos Itamarati I e II, em Ponta Porã (MS), estão bebendo e utilizando água envenenada. Das 20 mil pessoas que vivem no local, 60% sofrem problemas de saúde, com sintomas de água contaminada. As queixas aumentaram nos últimos três anos, o que levou o Ministério Público Federal a formular denúncia contra o Incra à Justiça Federal.

Equipes de promotores estiveram nos assentamentos, no extremo sul do Estado, divisa com o Paraguai, e encontraram uma série de atividades poluidoras. “Há o dano em potencial e o risco de saúde aos assentados”, diz o procurador da República, Flávio Carvalho dos Reis.

Ontem, o juiz federal substituto da 1ª Vara Federal de Ponta Porã, Ricardo Umberto Rodrigues, determinou que o órgão faça, em 30 dias, estudo laboratorial para avaliar a qualidade das águas e elabore projeto de controle do uso de agrotóxicos nos assentamentos. A multa por não cumprimento da ordem judicial é de R\$ 30 mil. O procurador-chefe do Incra no Estado, Antônio Augusto Ribeiro de Barros, afirmou que o órgão não pode cumprir a exigência sozinho.

**Movimentos armam invasão a universidades federais** - Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 19/08/2007

Jornada em defesa do ensino público reúne do MST à Gaviões da Fiel

As universidades públicas do País devem ser invadidas nesta semana por grupos de sem-terra, movimentos de mulheres e representantes de centrais sindicais. Unidos a entidades estudantis e associações de professores, eles vão participar de uma jornada de lutas pela defesa do ensino público - que prevê ocupações de edifícios e marchas.

A jornada é mais uma tentativa de movimentos sociais e centrais sindicais de pôr em pé uma frente cujo objetivo é puxar para a esquerda o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A primeira tentativa ocorreu em maio, quando Central Única dos Trabalhadores (CUT), ligada ao PT, uniu-se a entidades do PSTU e do PSOL, além de movimentos sociais, para uma jornada contra a política econômica do governo e as reformas previstas nas áreas trabalhista e sindical.

Dessa vez a manifestação é puxada pela União Nacional dos Estudantes (UNE), cuja diretoria mantém vínculos com o PC do B, e pela Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior (Andes), mais próxima do PSTU.

Estão previstas manifestações em 18 Estados, especialmente São Paulo, Minas e Rio. Na quarta-feira, deverão ocorrer atos públicos nas principais capitais do País.

A jornada foi acertada em torno de um documento com 18 recomendações para a melhoria da educação pública. Os dois primeiros falam em erradicação do analfabetismo e “fim do vestibular e dos processos excludentes de seleção para o ingresso” em universidades.

O documento também ataca o que chama de “privatização do ensino público e dos hospitais universitários, seja por meio das fundações privadas, seja pela aprovação do projeto de criação de fundações estatais”. Por outro lado, defende a “ampliação do investimento público da educação pública para no mínimo 7% do PIB” e a “autonomia das universidades frente às ingerências de governos e mantenedoras”.

Este último item remete à recente ocupação do prédio da Reitoria da Universidade de São Paulo (USP), que teve início contra uma possível ingerência do governo do tucano José Serra nos assuntos internos da escola e acabou estendendo-se por 53 dias. Essa ocupação foi um dos fatores de inspiração para a jornada atual, que acontece entre segunda e sexta-feira.

Entre as entidades signatárias do documento com 18 pontos, estão o Movimento dos Sem-Terra (MST), Via Campesina, Gaviões da Fiel, Intersindical (ligada ao PSOL), Conlutas (do PSTU), Via Campesina, Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (Abong), Marcha Mundial de Mulheres, Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Pequenos Agricultores e União Estadual de Estudantes de São Paulo.

**MST se une a estudantes e invade universidade no Rio** - Fabiana Cimieri e Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 21/08/2007

Manifestantes ocuparam prédio da UFRJ, em ação que faz parte da Jornada pela Educação; também houve invasões na Bahia e em Minas

Cerca de 40 estudantes e integrantes do Movimento dos Sem Terra (MST) ocuparam ontem o prédio do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no centro do Rio. Os manifestantes pretendem ficar até amanhã acampados no pátio do instituto. A invasão faz parte da Jornada pela Educação, que prossegue até sexta-feira, com ações em vários Estados.

Em Salvador, cerca de 150 manifestantes montaram acampamento ontem pela manhã na reitoria da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Em Belo Horizonte, eles acamparam diante do prédio da reitoria da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Para amanhã estão programadas manifestações conjuntas em todo o País.

Ao contrário do que ocorreu na invasão da reitoria da Universidade de São Paulo (USP), em maio e junho, as ações da jornada desta semana não impedem o funcionamento das atividades nas universidades. Os manifestantes pretendem chamar a atenção para a questão da dificuldade de acesso às instituições de ensino superior públicas, especialmente entre estudantes mais pobres, e a falta de investimentos na educação.

A jornada reúne desde entidades de representação estudantil até movimentos sociais, como o dos sem-terra - que deslocou militantes para diversas universidades. Ela foi organizada em torno de documento com 18 reivindicações, destinadas a melhorar a qualidade do ensino superior e a democratizar o acesso às escolas.

“Estamos aqui em defesa da educação pública de qualidade e para que todo o povo tenha acesso ao ensino em todos os níveis”, disse, no Rio, Antonio Neto, um militante do MST.

#### **MST ocupa faculdade de filosofia – O Globo – CAPA – 21/08/2007**

Militantes de movimentos sociais e grupos estudantis, como MST e UNE, ocuparam o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ pedindo mais acesso dos pobres à educação. Página 8 – CAPA

#### **Estudantes e sem-terra ocupam universidades - Itala Maduell\* - O Globo – O País – 21/08/2007**

MST, UNE e outras entidades promovem Jornada da Educação com atos no Rio, Bahia e Minas

RIO, SALVADOR e BELO HORIZONTE. Integrantes de grupos estudantis e movimentos sociais, entre eles MST, Via Campesina, UNE, Ubes, Andes e Educafro, ocuparam ontem de manhã prédios de universidades federais no Rio, em Belo Horizonte e em Salvador, e anunciaram ações em outros 15 estados a fim de protestar contra a dificuldade de acesso da população pobre ao ensino, especialmente o superior.

A ação simultânea deve durar até o fim da semana.

A Jornada Nacional em Defesa da Educação Pública é baseada em uma pauta reivindicatória de 18 itens, entre eles a erradicação do analfabetismo; o aumento do investimento público em educação para 7% do Produto Interno Bruto (PIB) — hoje, o investimento está em cerca de 3,5% —; e a expansão de vagas, além do fim do vestibular e dos processos de seleção para ingresso em universidades.

Ontem de manhã, no Rio, cerca de cem manifestantes ocuparam o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no Centro. Participam famílias de assentados do estado, principalmente de Campos, Norte Fluminense.

— Vamos cobrar também educação nas áreas de assentamentos.

Queremos trazer para a universidade pessoas que jamais entraram em um campus, não tiveram acesso nem às primeiras letras. O direito ao saber é um direito essencial —

afirmou a engenheira agrônoma Fernanda Mateus, 30 anos, do setor de Educação do MST do Rio e filha de assentados.

À tarde, houve um debate com os professores Giuseppe Cocco, da Escola de Serviço Social da UFRJ; e Roberto Leher, da Faculdade de Educação.

Em Salvador, a mobilização dos estudantes e sem-terra concentrou-se no Pavilhão de Aulas da Federação da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Cerca de 80 jovens, integrantes de diversos movimentos sociais, estão acampados no local desde a manhã de ontem. Outras cem pessoas eram esperadas para se juntar ao grupo.

Estão previstos debates sobre a educação básica brasileira e a relação entre universidade e mobilizações sociais.

As mesas-redondas serão no auditório do Instituto de Biologia, em Ondina. Hoje à tarde haverá debate com professores sobre a situação da educação na Bahia e no país. Um ato público na Praça do Campo Grande encerra a jornada em Salvador às 9h de amanhã.

Em Minas, grupo organiza protesto nas ruas amanhã Em Belo Horizonte, cerca de cem pessoas ocuparam o gramado do Campus Pampulha da UFMG, em frente à reitoria.

Os manifestantes planejam permanecer no local até quinta-feira. Amanhã, os manifestantes planejam fazer um protesto pela educação pública nas ruas da cidade.

### **Cassel rebate denúncias sobre assentamentos na Amazônia - Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 22/08/2007**

Ministro acha “estranha” acusação do Ministério Público e Greenpeace sobre desmatamento

Genéricas. Preconceituosas. E, principalmente, estranhas. Esses foram adjetivos utilizados pelo ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, ao falar ontem sobre as denúncias apresentadas pelo Greenpeace e pelo Ministério Público Federal de que os assentamentos da reforma agrária estariam acelerando o desmatamento na região amazônica.

O relatório do Greenpeace - resultado de uma investigação de oito meses e intitulado Assentamentos de Papel, Madeira de Lei - foi divulgado ontem pelo jornal britânico The Independent. O texto destacou que o governo estaria levando famílias para áreas de florestas, em vez de assentá-las em áreas desmatadas. Essa operação seria feita sob orientação das madeireiras, interessadas em negociar a madeira dos assentamentos.

O levantamento do Ministério Público resultou em ação civil pública para anular 99 portarias de criação de assentamentos para a reforma agrária no Pará. O motivo: teriam sido emitidas sem licença ambiental. Os procuradores da República no Pará também insistem em que os assentamentos atendem aos interesses dos madeireiros, não aos da reforma agrária.

“Estranho o aparecimento das denúncias no mesmo momento em que o governo anuncia a queda no índice de desmatamento na Amazônia Legal”, disse Cassel ao Estado. “Na média, a queda foi de 26%, passando de 27 mil km<sup>2</sup> para 14 mil km<sup>2</sup>. Nos assentamentos, a queda foi maior, de 52%, entre 2003 e 2006. Estávamos comemorando esses resultados, quando fomos surpreendidos por essas acusações genéricas sobre a ação de madeiras.”

O ministro rebateu a afirmação do Greenpeace de que madeiras apóiam e orientam o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para instalação de assentamentos em áreas de floresta: “Dos 2.450 assentamentos na Amazônia Legal, existem 2 casos, no Pará, nos quais o Incra, a pedido dos moradores e à vista do Ministério Público, fez um termo de compromisso com empresas que exploram legalmente a madeira, a partir de projetos de manejo. Foram estes 2 casos que o Greenpeace analisou. São acusações genéricas.”

Cassel também disse que procuradores do Incra vão esclarecer ao Ministério Público no Pará que os 99 assentamentos citados na ação não estão ocupados: “O Incra não vai pôr ninguém nessas terras enquanto não tiverem licença ambiental e infra-estrutura. É por isso que mal informados dizem que são assentamentos fantasmas.”

O coordenador da pesquisa do Greenpeace, André Muggiati, reafirmou que as informações divulgadas pela ONG no Brasil e no exterior estão corretas. E observou que, embora o ministro assegure não ter instalado famílias nos assentamentos citados pelo Ministério Público, não se esqueceu de incluí-las no relatório de atividades do órgão: “O objetivo era mostrar o cumprimento das metas da reforma agrária prometidas pelo presidente Lula. Na região de Santarém, a maior parte dos assentamentos foi criada nos dois últimos meses de 2006, na correria, também para mostrar o cumprimento de metas do governo.”

**Faculdade do Largo S. Francisco é ocupada** – Estado de São Paulo – Nacional – 22/08/2007

Cerca de 500 manifestantes de diversos movimentos ocuparam ontem, às 16h, a Faculdade de Direito do Largo São Francisco, em São Paulo. Segundo a organização, que tem o Movimento dos Sem-Terra (MST) como um dos líderes, o protesto é pacífico e deve durar 24 horas, quando os manifestantes prometem desocupar o prédio. A ocupação é parte da jornada nacional em defesa da educação pública e pela garantia de acesso à universidade a toda a população.

### **MST invade propriedade de empresa no RS – Folha de São Paulo – Brasil – 22/08/2007**

DA AGÊNCIA FOLHA, EM PORTO ALEGRE - Cerca de 80 famílias ligadas ao MST invadiram às 6h de ontem uma fazenda da empresa Delta Par, em Charqueadas (a 55 km de Porto Alegre). O MST quer a desapropriação dos 519 hectares da área.

Segundo Carlos Mandacaru, da direção estadual do movimento, há 24 anos famílias criam nas terras vacas leiteiras. "No ano passado, a fazenda foi vendida e a Delta Par, nova proprietária, proibiu as famílias de deixarem as vacas pastarem", disse. A Delta Par entrou na Justiça com pedido de reintegração de posse. A empresa diz que a terra servirá ao plantio de eucaliptos.

### **MST ocupa Incra no Rio – O Globo – O País – 22/08/2007**

Ato por educação também na USP

Integrantes do MST ocuparam na noite de segunda-feira a sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) na Glória, Zona Sul do Rio, em mais um ato da Jornada Nacional em Defesa da Educação. Ontem à tarde, representantes do MST tiveram audiência com o superintendente do Incra no Rio, Mário Lúcio Melo, para discutir a situação dos assentamentos no estado. A prioridade, segundo os sem-terra, é a criação de escolas nos assentamentos rurais e o acesso da população sem terra à educação.

Depois da ocupação por 24 horas de prédios da UFRJ, no Rio; da UFBA, em Salvador; e da UFMG, em Belo Horizonte, na segunda-feira, ontem foi a vez da Faculdade de Direito da USP, no Largo São Francisco, Centro de São Paulo.

### **Índia é agredida por garotos em Dourados – Estado de São Paulo – Nacional – 23/08/2007**

A série de crimes contra os índios da reserva de Dourados (MS) teve ontem um dos mais terríveis episódios. A índia caiová Adélia Garcia Garcette, 37 anos, foi espancada por quatro menores entre 12 e 14 anos. Dois deles foram detidos com as roupas ainda sujas de sangue da vítima. O de 12 anos estava alcoolizado. Segundo testemunhas, os garotos invadiram a casa de Adélia, dentro da reserva, e começaram a agredi-la com facões. Ela teve ferimentos graves no olho esquerdo e a mão esquerda foi decepada. A índia está internada no Hospital Evangélico de Dourados. Este ano, 14 índios foram assassinados no Estado.

**Tropa de Choque tira MST da USP** - Moacir Assunção, Paulo Darcie, Eduardo Kattah, Elder Ogliari, Carmem Pompeu e Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 23/08/2007

Militantes haviam ocupado Faculdade de Direito na tarde de terça-feira e pretendiam ficar acampados até hoje

Prevista para durar 24 horas, a ocupação do prédio da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), por estudantes e militantes de movimentos sociais, durou pouco mais de 9 horas. Eram cerca de 350 manifestantes, que chegaram às 17 horas ao Largo São Francisco e entraram no prédio, onde pretendiam ficar acampados. Mas, na madrugada, às 2h10, foram expulsos, numa operação executada por 69 soldados do Pelotão de Choque da Polícia Militar e da Força Tática.

A ocupação fazia parte da Jornada Nacional de Lutas pela Educação, promovida por movimentos estudantis e sociais, entre os quais a União Nacional dos Estudantes (UNE) e o Movimento dos Sem-Terra (MST). Ontem à tarde, os manifestantes voltaram ao Largo São Francisco para um ato público contra a ação da polícia - cuja entrada na faculdade foi solicitada pelo seu diretor, João Grandino Roda.

Durante o ato, vários oradores afirmaram que desde o período da ditadura militar a escola não era invadida por policiais. Segundo a presidente da UNE, Lúcia Stumpf, “a atuação da tropa de choque foi antidemocrática”. “Estávamos ocupando um território livre, em uma ocupação pacífica pela melhoria das condições de ensino”, afirmou.

A faculdade amanheceu cheia de cartazes de protesto. À tarde, os portões foram fechados por determinação da diretoria. Nem mesmo os professores e alunos conseguiram entrar.

Segundo a assessoria de imprensa da Secretaria de Segurança Pública, 98 estudantes foram levados na madrugada ao 1º Distrito Policial, ouvidos e liberados. Ainda de acordo com a secretaria, uma equipe do Instituto Médico Legal (IML) esteve no local e não constatou agressões.

Para Marcos Minari, diretor do Centro Acadêmico 11 de Agosto, os policiais usaram de “violência desmedida”. Segundo seu relato, eles encurralaram os estudantes na sala do Centro Acadêmico: “Usando escudos, foram pressionando a gente, entrando até na sala do centro acadêmico, que é um espaço dos estudantes. Quando deixamos o prédio, ficamos presos na Rua Riachuelo. Não deixaram nem nossos advogados se aproximarem.”

O acampamento na escola teria sido negociado com o vice-diretor, Nestor Duarte, segundo os líderes da manifestação. Entre os estudantes, porém, não há plena concordância quanto à sua realização. “Não apoio a ação do Centro Acadêmico. Até os alunos tiveram dificuldades para entrar no prédio, tomado pelos manifestantes”, disse Fábio Rocha Silva, aluno do segundo ano.

**CONTRA CORTES-** Ontem também ocorreram manifestações em outras capitais, dentro da jornada de lutas em defesa da educação pública. Em Porto Alegre, os protestos levaram cerca de duas mil pessoas às ruas e provocaram congestionamentos na zona central da cidade. Os manifestantes atacaram principalmente o governo de Yeda Crusius (PSDB), que cortou parte das verbas do transporte escolar e decidiu formar turmas de 50 alunos no ensino fundamental e médio - para reduzir custos.

Em Fortaleza, cerca de 120 manifestantes bloquearam parte da Avenida Dedé Brasil, em frente ao campus da Universidade Estadual do Ceará. Mais tarde eles ocuparam o prédio da reitoria, de onde só pretendem sair amanhã.

O vice-reitor, João Nogueira Mota, recebeu um grupo de manifestantes. Eles entregaram uma lista de reivindicações, assinada por várias entidades. Entre outros itens, pedem o fim das taxas nas universidades públicas.

Em Belo Horizonte, o prédio da Ferrovia Centro Atlântica (FCA), empresa controlada pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), foi invadido por sindicalistas, líderes sem-terra, estudantes e professores.

Cerca de 120 manifestantes ocuparam no início da tarde o quarto andar do prédio, onde está sediada a Diretoria de Energia da Vale. A Polícia Militar foi chamada e os invasores começaram a ser retirados do prédio por volta das 16 horas.

#### **MARCHA: LULA DIZ QUE, SE PUDESSE, PAGARIA PARA ATRAIR MANIFESTANTES** – Folha de São Paulo – Brasil – 23/08/2007

Em ato com trabalhadoras rurais, o presidente criticou, também, quem falou que o governo teria patrocinado a ida das mulheres a Brasília. Desde que foi lançado o movimento "Cansei", crítico ao governo, Lula se refere com frequência à divisão ricos e pobres. "Se eu tivesse dinheiro, não precisava ser dinheiro do governo, daria dinheiro do meu bolso para trazer mais mulheres do que tem aqui", afirmou, sob aplausos das participantes da "Marcha das Margaridas", que está na terceira edição e reuniu 14 mil mulheres, segundo a PM.

#### **MST invade duas áreas desapropriadas** – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 24/08/2007

Cerca de 300 famílias de sem-terra invadiram ontem duas fazendas em Mirandópolis e Castilho (SP), que acabaram de ser desapropriadas pela Justiça Federal. As duas áreas foram desapropriadas em primeira instância esta semana. Elas estavam no pacote de 14 fazendas cujas desapropriações estão emperradas na Justiça Federal porque os donos recorreram dos laudos de improdutividade. O Movimento dos Sem-Terra aproveitou que o Inbra foi imitado na posse para ocupá-las.

**Sem-terra fazem invasão em áreas obtidas pelo Incra** – Folha de São Paulo – Brasil – 24/08/2007

Quatro grupos de sem-terra invadiram duas fazendas em Mirandópolis e Castilhona (região noroeste de SP) no mesmo dia em que o Incra anunciou que obteve a posse das áreas, desapropriadas para assentamentos.

Sem-terra disseram que o objetivo é assegurar vaga no local. O Incra informou que a seleção dos beneficiados (cerca de 200 famílias nas duas áreas) obedece a critérios técnicos e não tem data prevista.

**Cresce ainda mais a concentração na produção agropecuária no MT** - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 28/08/2007

Principal produtor de grãos e fibras do país, Mato Grosso experimenta um momento de aprofundamento da concentração da produção agropecuária. Grandes produtores foram levados a deixar o processo produtivo por causa do recente período de crise de renda no segmento de grãos. Nos últimos três anos, os mega-produtores do Estado avançaram sobre 1,3 milhão de hectares de terras produtivas, segundo analistas do mercado financeiro e de agentes locais ouvidos pelo Valor. Nas próximas safras, outros 1 milhão de hectares em mãos de médios produtores podem mudar de donos.

A elevação nos custos de captação do dinheiro, o atraso na entrega de insumos e a redução do volume de crédito levaram cerca de 500 grandes e médios produtores de Mato Grosso a sair da atividade. O agravamento das dificuldades na gestão das propriedades transferiu pelo menos 600 mil hectares a outros produtores. Em Primavera do Leste, no sul do Estado, apenas seis produtores detêm metade dos 320 mil hectares de lavouras. "Em dez anos, Mato Grosso vai estar nas mãos de 15 ou 20 mega-produtores", prevê o produtor José Nardes, presidente do sindicato rural do município, que arrendou 6 mil de seus 7,5 mil hectares a outros colegas.

Os investimentos pesados em maquinários e a abertura de novas áreas de produção geraram uma dívida em reais, mas na quitação dos débitos houve frustração de safra, sem a devida cobertura de hedge cambial. "Vamos fazer caixa e pagar os credores que faltam", diz o empresário e prefeito de Rondonópolis, Adilton Sachetti. Dona de um dos maiores empreendimentos rurais do Estado até 2005, a família planta hoje apenas 3 mil dos 70 mil hectares outrora cultivados. Foram arrendados, por meio de parcerias, 22 mil hectares.

A procura por mais terras não pára, e os preços têm subido. Um hectare custa hoje até R\$ 5 mil em áreas mais cobiçadas. Antes, havia negócios entre R\$ 2 mil e R\$ 3 mil. O movimento beneficia os tradicionais arrendamentos e o novo sistema de parcerias, onde quem tinha mais capital fez um acordo para tocar as operações e dividir os lucros. "Mas até agora os resultados não têm chegado para quem cedeu a terra", critica Carlos Ernesto Augustin, grande produtor da Serra da Petrovina, que não aderiu às parcerias. "É um modelo insustentável a médio prazo. Quem fez parceria dificilmente volta a produzir novamente", reforça o produtor Rogério Salles, de Rondonópolis, outro crítico do processo.

Mesmo com a melhora na situação financeira do setor, a concentração deve continuar. No mercado local, estima-se que uma parte dos 5 mil médios produtores de soja

no Estado, cujas fazendas têm entre 500 e 2 mil hectares, ainda corre risco de deixar a atividade nas próximas safras.

A "classe média" segue pressionada pelo menor poder de barganha com tradings, multinacionais de defensivos e fertilizantes, além de bancos. A situação é agravada pela demora do governo em fazer chegar ao campo a ajuda anunciada. "A burocracia complica ainda mais a reversão dessa tendência", diz o produtor Gilberto Goellner. Há 300 grandes produtores, que plantam de 10 mil a 15 mil hectares, prontos para arrebatar as terras dos menores. "Sem dúvida, esse movimento preocupa muito", diz Olímpio Vasconcelos, gerente de Mercado de Agronegócios do Banco do Brasil em Mato Grosso.

Os problemas decorrem, sobretudo, de complicações cambiais e climáticas. Nas últimas três safras, os produtores plantaram com a cotação de dólar em alta e colheram na baixa. Até 2004, quando começou a crise de renda, os produtores administravam seus passivos com a abertura de novas áreas. Com demanda em alta e a margens crescentes, havia ânimo para ampliar as operações. Mas os custos de produção dispararam. Atreladas ao real, mão-de-obra e óleo diesel desequilibraram ainda mais as finanças.

O governador do Estado, Blairo Maggi (PR), acredita que a tendência da concentração está "estancada" no curto prazo. "Essa tendência já parou de crescer. Não vamos avançar mais do que isso", diz Maggi, cujo grupo é apontada como o maior produtor mundial de soja em 130 mil hectares. "São contratos de cinco anos. O produtor saiu da ciranda financeira, mas vai voltar a produzir". Dono da Vanguarda do Brasil S.A, o mega-produtor Otaviano Pivetta planta 170 mil hectares de soja, algodão, milho e arroz em onze fazendas. Sua empresa, que tem faturamento de US\$ 197 milhões, já incorporou 40 mil hectares em parcerias com outros produtores. E prevê ampliar a granja de suínos e a criação de bovinos para abrir capital em bolsa. "Foi uma pequena onda. É meio problemático porque tem muitas variáveis. E, dependendo da região do Estado, essa tendência pode se consolidar ou não", afirma Pivetta.

Outros mega-produtores como os irmãos Eraí e Eliseu Maggi Scheffer, primos do governador Blairo, já concentram mais de 250 mil hectares, boa parte cultivada no sistema de parceria - 22 mil da família Sachetti. Outro grande produtor, Nelson Vígolo, de Rondonópolis, também entrou nas parcerias e já ultrapassou a marca de 120 mil hectares plantados. **O jornalista viajou a convite da organização da Bienal da Agricultura**

### **No Brasil, propriedade de terras é mais pulverizada – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 28/08/2007**

Mesmo com os dados defasados, consolidados pelo governo federal até 2000, é possível verificar uma suave desconcentração da propriedade das terras no Brasil. Mas ela ainda continua elevada. Embora com a ressalva da revisão de conceitos e critérios estabelecidos ao índice de Gini, usado na medição desse grau de desigualdade, a concentração evoluiu de 0,836 em 1967 para 0,802 em 2000, segundo dados do Dieese e o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Quanto mais próximo de 1, maior é a concentração da distribuição da terra.

Quando comparado aos resultados nacionais, Mato Grosso ampliou o índice de concentração. Passou de 0,858 para 0,804 no mesmo período. Em ambos os casos, o índice ficou acima da média nacional. Os dados do Dieese, baseados em levantamentos do IBGE em 1996, mostram que o Estado do Mato Grosso tem 32% de estabelecimentos

agropecuários com área entre 10 mil e 100 mil hectares. No Brasil, somente 12,2% das propriedades têm esse tamanho. Com mais de 100 mil hectares, existem 9,3% das fazendas de Mato Grosso ante apenas 2,3% da média nacional.

"A concentração [de terras] é maior nas áreas de fronteira, mas principalmente em Mato Grosso", diz Matuzalém Cavalcante, mestrando em Geografia pela Unesp de Presidente Prudente. Levantamento feito por Cavalcante aponta os municípios com maior expansão de áreas de propriedade do Brasil, entre 1992 e 2003. Na lista, estão Juara, com 994,4 mil hectares; seguido por Cocalinho, com 779,3 mil hectares; e Paranatinga, com 753,8 mil hectares. (MZ)

### **MST inicia desocupação de fazenda do tráfico na Bahia - Tiago Décimo – Estado de São Paulo – Metrópole – 29/08/2007**

Depois de mais uma manhã de atritos entre os 2 mil funcionários da Fazenda Mariad, de Juazeiro (BA), e 300 integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) que ocuparam a área no domingo, o juiz Mário Vivas expediu ontem um mandado de reintegração de posse. Dois oficiais de Justiça foram ao local e o MST iniciou à tarde a retirada das famílias.

O dono da área, o colombiano Gustavo Bautista, foi preso no Uruguai, no dia 18, com 485 quilos de cocaína. Ele é acusado de comandar um esquema milionário de tráfico. A droga era enviada para a Europa em caixas de frutas produzidas em fazendas como a Mariad.

A fazenda está sem administrador desde o dia 20, quando a gerente Ana Lúcia de Araújo Lacerda foi presa pela Polícia Federal. A Justiça do Trabalho de Juazeiro atendeu ao pedido dos funcionários da Mariad e nomeou o agrônomo Rogério Alves de Santana como administrador da propriedade.

### **Reunião em Brasília discute reforma agrária e regularização fundiária – Sítio Eletrônico do MDA – 29/08/2007**

A Associação Nacional dos Órgãos Estaduais de Terra (Anoter) discutiu nesta segunda (27) e terça-feira (28), durante sua II Reunião Plenária, na sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em Brasília, temas ligados à questão fundiária e à agricultura familiar. Os destaques foram os processos de desconcentração e de regularização.

A Anoter colocou em pauta a importância da integração das ações dos governos federal, estaduais e municipais na criação do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais, o que promoverá com mais rapidez a regularização fundiária de agricultores familiares.

O encontro contou com a participação de representantes de 14 estados brasileiros, além do secretário de Reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário

(MDA), Adhemar Lopes, e do diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária do Incra, Roberto Kiel.

Para Kiel, o objetivo do Governo Federal é estreitar a relação da União com os estados para que o processo de regularização fundiária seja adequado ao ritmo de estruturação dos assentamentos. “É preciso criar uma sustentação equilibrada no processo de reforma agrária. Ações de estruturação, como concessão de créditos agrícolas, pavimentação de estradas e fornecimento de luz devem ser implementados no mesmo ritmo da regularização fundiária”, disse.

### **Regras e vantagens**

O diretor do Incra explicou que, com a implantação do Plano Nacional de Regularização Fundiária, em estudo no Incra, o governo pretende ter maior controle sobre questões ambientais e estimular a economia das comunidades beneficiadas, de forma complementar ao Plano de Aceleração do Crescimento (PAC).

“A regularização fundiária também tem o objetivo de evitar pressões sobre áreas de floresta e coibir novos desmatamentos. Além disso, com a regularização, atuaremos nas economias locais por meio do aumento da produção das pequenas propriedades”, afirmou.

Kiel esclareceu que o processo de regularização fundiária obedece a regras específicas antes de beneficiar o produtor rural. “Esse processo considera como condição sine qua non que a terra regularizada esteja cumprindo sua função social, ou seja, que obedeça aos critérios de produtividade, de preservação ambiental e leis trabalhistas”.

### **Tensão agrária envolve 'sin tierra' e 'brasiguaios' - Marcos de Moura e Souza – Valor Econômico – Internacional - 29/08/2007**

O juiz paraguaio Silvino Delvalle, da Vara Cível e Comercial de Assunção, deve anunciar nos próximos dias uma decisão sobre um processo que deve alimentar a tensão entre as autoridades e os sem-terra do país, por um lado, e os "brasiguaios", por outro. O caso envolve a disputa de posse de uma área no Paraguai avaliada em US\$ 6 milhões e onde desde o fim dos anos 60 trabalham e vive um grupo de agricultores brasileiros.

A área, de 3 mil hectares, fica em uma região chamada Laterza Cué, no departamento de Caaguaza. Camponeses sem-terra vêm pressionando os brasileiros a deixar a região sob o argumento de que as propriedades devem ser destinadas à reforma agrária. Fontes ouvidas pelo Valor afirmaram que o nível de tensão é elevado e que algumas das 109 famílias de brasileiros já tiveram suas casas invadidas por sem-terra. A produção de soja, milho e trigo em boa parte da região está interrompida pela ação dos camponeses paraguaios. No ano passado teria havido até uma tentativa de homicídio contra um produtor brasileiro.

"O processo ainda está em primeira instância, mas qualquer que seja o veredicto do juiz poderá alimentar um enfrentamento", disse um interlocutor de Silvino Delvalle, que pediu para não ter seu nome citado. "Dizem que os dois lados estão armados", acrescentou. Segundo ele, o juiz teria dito ontem que emitirá uma decisão nos próximos dias.

O processo que está com Delvalle é movido pelos brasileiros Domingo Favero, José Luiz Bortolini e Juárez Bortolini, em nome dos demais pequenos agricultores. O alvo da ação é o instituto de terras Instituto Nacional de Desenvolvimento Rural (Inder), órgão do governo paraguaio equivalente ao Incra brasileiro. Em 2004, o Inder desapropriou as terras de Laterza Cué para fins de reforma agrária. A ação também tem como alvo o líder camponês paraguaio Teófilo Agillar.

O que os brasileiros querem é tentar garantir na Justiça o direito de permanecer nas terras. Mas a briga envolve interesses variados. Além dos camponeses e do Inder, o empresário argentino Mário Laterza passou a reivindicar a primazia sobre as terras, alegando obter títulos de posse. As terras eram da família argentina, mas nos anos 60 teriam mudado de mãos, passando para um proprietário paraguaio (em guarani, o nome Laterza Cué significa algo como 'que foi dos Laterza'). Daí em diante, as poucas certezas sobre a titularidade da região desapareceram de vez.

Nos anos 80, os agricultores brasileiros apostaram num lance incerto: aparentemente convencidos de que com isso obteriam finalmente os títulos sobre as áreas, eles assinaram uma procuração em nome de um produtor grego radicado na região que atuaria como representante legal junto às autoridades do país. Mas o representante tinha outros planos e vendeu a área para terceiros. As famílias brasileiras possuem comprovantes de compra - alguns deles de 1969 -, mas nunca puseram as mãos nos títulos das terras.

A região tem terra fértil, é rica em madeira e registra índices elevados de produtividade (5,8 toneladas por hectare, índice superior à média paraguaia). Duas fontes ouvidas pelo Valor no Paraguai, familiarizadas com o caso, dizem que a disputa sobre a área envolve também interesses de políticos e compromissos eleitorais com camponeses paraguaios em detrimento dos "brasiguaios", os brasileiros radicados no país. No Paraguai, vivem cerca de 150 mil brasileiros, a maioria deles trabalhando na agricultura em áreas pequenas, muitos reunidos em cooperativas - como ocorre em Laterza Cué. Os brasileiros e seus descendentes produzem 85% da soja do Paraguai. A presença deles, no entanto, há anos provoca desavenças e queixas por parte de camponeses paraguaios.

O Itamaraty criou um grupo para atuar junto com autoridades de Assunção na resolução de desavenças fundiárias envolvendo brasileiros no Paraguai. Para muitos, Laterza Cué é o pior deles.

**Por que atualizar os índices de produtividade** – Guilherme Cassel – Folha de São Paulo  
– 30/08/2007

**É preciso avançar na direção de um plano diretor para as áreas rurais para superar a lógica do vale-tudo e suas conseqüências negativas**

EM ARTIGO publicado nesta Folha (4/8, pág. B2), o ex-ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento Roberto Rodrigues criticou a proposta de atualização dos índices de produtividade agrícola no Brasil. Mais que questionar a metodologia para a atualização desses índices -exigência constitucional, vale destacar-, Rodrigues critica a própria existência de tais indicadores.

Segundo a lógica que anima a argumentação do referido artigo, a adoção de políticas públicas para regular a exploração econômica da terra é algo negativo e penaliza os produtores. O mercado e as regras da competição, sustenta Rodrigues, representam a melhor forma de resolver os problemas no campo brasileiro.

Considerando a importância do tema, é indispensável apontar dois problemas centrais nessa argumentação. O primeiro reside na rejeição à idéia de regulação pública no que diz respeito ao uso da terra. A terra, não custa lembrar, é um bem natural limitado, assim como a água e o ar.

O conceito de função social da propriedade e a adoção de índices de produtividade para determinar o cumprimento ou não dessa função são conquistas da democracia moderna, respeitadas nos países mais desenvolvidos. Desde 1993, a legislação brasileira estabelece que tais índices devem ser atualizados periodicamente para expressar o progresso da agricultura e o desenvolvimento regional, o que não aconteceu até hoje.

Não é correto afirmar que "só no campo se exige uma produtividade mínima". Trata-se de uma cláusula democrática e republicana, fruto da concepção de que a atividade econômica e a exploração de recursos naturais devem resultar em progresso e vida digna para o conjunto de uma sociedade, e não apenas para alguns.

Além disso, tais exigências têm contrapartidas positivas por parte do Estado, que atua como agente indutor de desenvolvimento (por meio de investimentos em pesquisa e de políticas de crédito diferenciadas das do mercado financeiro, por exemplo) e como instância de apoio a produtores que estejam em dificuldades (como ocorre no caso de renegociação de dívidas e de socorro em caso de adversidades climáticas).

Historicamente, a ausência de marcos regulatórios públicos gerou no campo concentração de terra e renda. A resistência à adoção desses instrumentos é uma triste herança dos tempos coloniais de nosso país.

A idéia de limite já foi incorporada no contexto do desenvolvimento urbano, mas ainda enfrenta resistências no meio rural. A população das cidades já incorporou essa idéia e, por meio dos planos diretores, estabelece regras para regular temas como a altura de prédios, a preservação de áreas verdes e culturais.

Precisamos avançar na direção da construção de um plano diretor para as áreas rurais para superar a lógica do vale-tudo e suas conseqüências negativas.

O segundo problema no artigo de Rodrigues consiste em alegar que a fixação de novos índices penalizaria os agricultores que investiram em tecnologia e no aumento de produtividade. A contradição, aqui, reside em defender o aumento da produtividade e, ao mesmo tempo, defender quem não produz.

Segundo a proposta elaborada em conjunto pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, quem produz não é

atingido. Aliás, historicamente, a exigência de produtividade tem sido um poderoso instrumento de aumento de produção, seja pela incorporação de terras ociosas, seja pelo aumento da produtividade dos imóveis rurais.

Os índices que estão sendo propostos são inferiores aos praticados pela grande maioria dos produtores, atingindo apenas os 10% menos produtivos do país. Trata-se, portanto, de um processo que tem por objetivo principal aumentar a produção e a produtividade do campo brasileiro, e não penalizar quem produz. Um hectare que não produz é um hectare perdido para o país. Além de valorizar a produção e os ganhos de produtividade, a regulação pública dessa atividade está relacionada à segurança alimentar da população e a um padrão de desenvolvimento ambientalmente sustentável. A proposta de atualização dos índices de produtividade é um passo nessa direção. Quem ganha com ela é o país.

**GUILHERME CASSEL**, 50, engenheiro civil, é ministro do Desenvolvimento Agrário.

#### **MST entrega pauta de reivindicações na Bahia – Sítio Eletrônico do MDA – 30/08/2007**

Integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) entregaram uma pauta de reivindicações aos técnicos da Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) na Bahia, durante reunião nos dias 28 e 29 deste mês, na sede do Incra no estado. O encontro teve por objetivo fortalecer o diálogo entre eles e aperfeiçoar as ações da reforma agrária.

A pauta abrange solicitações relativas a oito áreas de atuação do movimento na Bahia: Extremo Sul, Chapada Diamantina, Baixo Sul, Nordeste, Oeste, Sudoeste, Sul e Norte. Entre as principais demandas estão, por exemplo, o pagamento de créditos para os assentados, obras de infra-estrutura nos Projetos de Assentamento (PAs), vistorias e avaliações de imóveis rurais e ações voltadas para a assistência técnica.

Para o superintendente regional do Incra no estado, Luiz Gugé, é importante que os movimentos sociais conheçam as iniciativas feitas pela autarquia na Bahia. “Precisamos mostrar como as nossas atividades estão sendo feitas, com a maior clareza possível. Isso faz parte do diálogo com os movimentos sociais”, destacou.

**Brasil quer tratar reforma agrária como subsídio legal** - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 30/08/2007

O Brasil e outros membros do G-20 querem incluir gastos com reforma agrária, políticas de assentamento e formação de estoques públicos na categoria de subsídios agrícolas autorizados, num futuro acordo na Organização Mundial do Comércio (OMC). O mediador da negociação agrícola, Crawford Falconer, já disse que esse tipo de medida tem, "em princípio", poucas objeções dos países para serem cobertos pela "caixa verde", que define as subvenções agrícolas autorizadas.

Agora o grupo liderado pelo Brasil afina sua posição, para assegurar que a revisão e clarificação da "caixa verde" beneficie de fato países em desenvolvimento e controle os gastos dos industrializados. Significa acomodar programas genuínos de desenvolvimento agrícola e rural de nações em desenvolvimento. As compras de estoque para merenda escolar, por exemplo, estariam livres de serem contestados como subsídios que distorcem o comércio.

De outro lado, o G-20 quer assegurar que nenhum programa com efeitos distorcivos à produção seja isento de compromissos de redução entre os industrializados.

**MST faz campanha pela reestatização da Vale** - Roldão Arruda – estado de São Paulo – Economia e Negócios – 31/08/2007

Organizadores querem mobilizar 100 mil pessoas para fazer plebiscito

De amanhã até o dia 7, cerca de 100 mil militantes de movimentos sociais, organizações sindicais e pastorais sociais da Igreja Católica devem ser mobilizados em todo o País para promover um plebiscito popular sobre a privatização da Companhia Vale do Rio Doce - ocorrida há dez anos, durante o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso. O lançamento oficial do plebiscito ocorreu ontem, em São Paulo, com uma entrevista coletiva que reuniu os representantes do movimento.

No ocasião, João Paulo Rodrigues, líder do Movimento dos Sem-Terra (MST), classificou como fraudulento o leilão organizado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para a venda da Vale - hoje a segunda maior empresa de mineração e metais do mundo, avaliada em torno de US\$ 100 bilhões.

Rodrigues também prometeu guerra sem trégua pela reestatização da empresa, nos próximos meses: "A Vale que se prepare. Vamos fazer tudo que for necessário para que seu controle volte às mãos da sociedade brasileira."

O jurista e professor Fábio Konder Comparato, da Universidade de São Paulo (USP), também convidado para a coletiva, afirmou que a Vale foi vendida por um preço trinta vezes inferior ao seu valor patrimonial: "A lei diz claramente que um negócio desse tipo é criminoso."

Segundo d. Demétrio Valentini, ligado às pastorais sociais da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o plebiscito também tem como objetivo pressionar o

Judiciário: “Urge que se manifeste a respeito das ações populares que questionam a privatização.”

Este é o terceiro plebiscito realizado pelos movimentos sociais e pastorais. O primeiro, no ano 2000, foi sobre o pagamento da dívida externa. Segundo os organizadores, mais de 6 milhões de pessoas votaram - a maioria a favor da interrupção do pagamento da dívida. O segundo foi em 2002 e tratou da Área de Livre Comércio para América Latina (Alca), proposta pelo governo americano. Ainda segundo os organizadores, foram 10 milhões de votantes, quase todos contrários à Alca.

No plebiscito de agora, a cédula oferecida ao votantes tem quatro perguntas. A primeira diz: “Em 1997, a Companhia Vale do Rio Doce - patrimônio construído pelo povo brasileiro - foi fraudulentamente privatizada, ação que o governo e o Poder Judiciário podem anular. A Vale deve continuar nas mãos do capital privado?”

As outras três questionam a política econômica de Luiz Inácio Lula da Silva. Mas, segundo o movimento, não se trata de crítica ao governo. “Queremos estimular o debate de questões nacionais”, disse d. Demétrio.

A Vale, segundo sua assessoria, não se manifestará sobre o assunto. O BNDES, que conduziu a privatização, também não fará comentários.

Coordenador  
Sergio Leite

Pesquisadores  
Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf e Lauro Mattei

Assistentes de Pesquisa  
Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária  
Diva de Faria

**oppa** Observatório de Políticas  
Públicas para a Agricultura

**cpda** Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais  
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade  
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214  
Fax: 21 2224 8577 – r. 217  
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br  
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda

Apoio



actionaid



Ministério do  
Desenvolvimento Agrário

